

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Cem cruzeiros a mais

Ao receber certa quantia num guichê do Ministério, verificou que o funcionário lhe havia dado cem cruzeiros a mais. Quis voltar para devolver, mas outras pessoas protestaram: entrasse na fila.

Esperou pacientemente a vez, para que o funcionário lhe fechasse na cara a janelinha de vidro:

- Tenham paciência, mas está na hora do meu café.

Agora era uma questão de teimosia. Voltou à tarde, para encontrar fila maior – não conseguiu sequer aproximar-se do guichê antes de encerrar-se o expediente.

No dia seguinte era o primeiro da fila:

- Olha aqui: o senhor ontem me deu cem cruzeiros a mais.

- Eu?

Só então reparou que o funcionário era outro.

- Seu colega, então. Um de bigodinho.

- O Mafra.

- Se o nome dele é Mafra, não sei dizer.

- Só pode ter sido o Mafra. Aqui só trabalhamos eu e o Mafra. Não fui eu. Logo ...

Ele coçou a cabeça, aborrecido:

- Está bem, foi o Mafra. E daí?

O funcionário lhe explicou com toda a urbanidade que não podia responder pela distração do Mafra:

- Isto aqui é a pagadoria, meu chapa. Não posso receber, só posso pagar. Receber, só na recebedoria. O próximo!

O próximo da fila, já impaciente, empurrou-o com o cotovelo. Amar o próximo como a ti mesmo! Procurou conter-se e se afastou, indeciso. Num súbito impulso de indignação – agora iria até o fim – dirigiu-se à recebedoria.

- O Mafra? Não trabalha aqui, meu amigo, nem nunca trabalhou.

- Eu sei. Ele é da pagadoria. Mas foi quem me deu os cem cruzeiros a mais.

Informaram-lhe que não podiam receber: tratava-se de uma devolução, não era isso mesmo? e não de pagamento. Tinha trazido a guia? Pois então?

Onde já se viu pagamento sem guia? Receber mil cruzeiros a troco de quê?

- Mil não: cem. A troco de devolução.

- Troco de devolução. Entenda-se.

- Pois devolvo e acabou-se.

- Só com o chefe. O próximo!

O chefe da seção já tinha saído: só no dia seguinte. No dia seguinte, depois de fazê-lo esperar mais de meia hora, o chefe informou-lhe que deveria redigir um ofício historiando o fato e devolvendo o dinheiro.

- Já que o senhor faz tanta questão de devolver.

- Questão absoluta.

- Louvo o seu escrúpulo.

- Mas o nosso amigo ali do guichê disse que era só entregar ao senhor – suspirou ele.

- Quem disse isso?

- Um homem de óculos naquela seção do lado de lá. Recebedoria, parece.

- O Araújo. Ele disse isso, é? Pois olhe: volte lá e diga-lhe para deixar de ser besta. Pode dizer que fui eu que falei. O Araújo sempre se metendo a entendido!

- Mas e o ofício? Não tenho nada com essa briga, vamos fazer logo o ofício.

- Impossível tem de dar entrada no protocolo.

Saindo dali, em vez de ir ao protocolo, ou ao Araújo para dizer-lhe que deixasse de ser besta, o honesto cidadão dirigiu-se ao guichê onde recebera o dinheiro, fez da nota de cem cruzeiros uma bolinha, atirou-a lá dentro por cima do vidro e foi-se embora.

(Fernando Sabino)

Utilize o texto 1 para responder às questões de 1 a 10.

1. Após a leitura dos três primeiros parágrafos do texto, podemos inferir que

(A) a personagem principal esperou até o dia seguinte para devolver o dinheiro.

(B) o funcionário fechou o guichê para tomar café e só voltou à tarde.

(C) as personagens dialogam sobre a devolução do dinheiro.

(D) o funcionário foi tomar café quando chegou a vez do homem que queria devolver o dinheiro.

(E) a personagem que recebeu o dinheiro a mais, só o recebeu por que estava na fila errada.

2. A alternativa que comprova que, apesar das dificuldades, o homem não desistiu de devolver o dinheiro é:

- (A) “Agora era uma questão de teimosia.”
- (B) “Procurou conter-se e se afastou, indeciso.”
- (C) “Mil não: cem. A troco de devolução.”
- (D) “Não consegui sequer aproximar-se de guichê antes de encerrar-se o expediente.”
- (E) “Quis voltar para devolver, mas outras pessoas protestaram.”

3. As reticências, que aparecem em “Aqui só trabalhamos eu e o Mafra. Não fui eu. Logo...”, foram utilizadas

- (A) para demonstrar que não se sabia quem havia sido.
- (B) para indicar que o funcionário havia esquecido o nome do colega de trabalho.
- (C) para evidenciar que, em uma repartição pública, nunca se sabe nada.
- (D) para elucidar o equívoco ocorrido com o funcionário.
- (E) para deixar a conclusão por conta do leitor.

4. Com a expressão **E daí?**, utilizada em “- Está bem, foi o Mafra. E daí?”, o autor quis mostrar que

- (A) era necessário, antes de se resolver o problema, saber quem o ocasionou.
- (B) existe uma ação, não importa quem a praticou.
- (C) as responsabilidades por equívocos são divididas entre os funcionários.
- (D) o funcionário queria saber mais sobre o assunto.
- (E) a personagem principal não estava preocupada em resolver o problema.

5. Sobre a palavra **urbanidade**, empregada em “O funcionário lhe explicou com toda a urbanidade que não podia responder pela distração do Mafra”, podemos afirmar que

- (A) quis retratar que a cena se passa em uma cidade, por isso o uso da palavra urbanidade.
- (B) o seu emprego retrata que as personagens são urbanas e não rurais. Sendo assim, falam uma variante lingüística utilizada na cidade.
- (C) foi utilizada ironicamente pelo autor pois o funcionário, pela sua fala, não foi nada gentil.
- (D) foi utilizada para mostrar que o funcionário foi muito solícito ao explicar o caso.

(E) foi utilizado para caracterizar a linguagem bancária.

6. O **o**, que aparece em “...empurrou-o com o cotovelo.”, diz respeito, no texto,

- (A) a uma outra pessoa que estava na fila.
- (B) ao Mafra.
- (C) ao Araújo.
- (D) ao homem que queria devolver o dinheiro.
- (E) a alguém, que não as personagens do texto, a quem devemos amar como a nós mesmos.

7. O texto apresenta, predominantemente, a tipologia:

- (A) descritiva
- (B) narrativa
- (C) dissertativa
- (D) narrativo-descritiva
- (E) dissertativo-expositiva

8. Ao lermos todo o texto, e em vista do conhecimento prévio que temos do assunto nele tratado, podemos interpretar que **Cem cruzeiros a mais**

- (A) brinca com os leitores ao tratar um tema inverossímil, isto é, não próximo ou não semelhante à realidade.
- (B) traz para o cotidiano um problema que raramente ocorre na esfera social: a morosidade do serviço público.
- (C) mostra como algumas pessoas são ingênuas, pois, segundo o autor, deveriam se apropriar de um dinheiro que lhes foi dado por acaso e não tentar devolvê-lo.
- (D) mostra como todas as pessoas, hoje, estão preocupadas somente com os seus problemas.
- (E) foi construído de forma a fazer uma crítica ao excesso de burocracia das repartições públicas em geral.

9. Quanto à estrutura, organização e sentido do texto, observe as afirmações a seguir:

I - O 1º parágrafo faz referência a um sujeito que não aparece explícito no texto.

II - Ao utilizar o termo *agora* (Em: “Agora era uma questão de teimosia.”), o autor quer reforçar a determinação da personagem em devolver o dinheiro.

III - O termo *lhe* (Em: “O funcionário lhe explicou com toda a urbanidade que não podia responder pela distração do Mafra.”) pode ser substituído, sem alteração de norma pelo termo *o*.

Estão corretas apenas as afirmações:

(A) I e II

(B) II

(C) I e III

(D) II e III

(E) I, II e III

10. As orações grifadas, em “Ao receber certa quantia num guichê do Ministério, verificou que o funcionário lhe havia dado cem cruzeiros a mais. Quis voltar para devolver, mas outras pessoas protestaram: entrase na fila.”, expressam, respectivamente, idéia de :

(A) temporalidade e conformidade

(B) condicionalidade e causalidade

(C) finalidade e concessividade

(D) concessividade e causalidade

(E) temporalidade e finalidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. “*Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador x educando. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível.*” (FREIRE, 1983)

Podemos afirmar, segundo o autor, que:

I - Entre educador e educandos não há mais uma relação de verticalidade, em que um é o sujeito e o outro objeto.

II - A pedagogia é dialógica, pois ambos são sujeitos do ato cognoscente.

III - É o “aprender ensinando e o ensinar aprendendo”. O diálogo, em Freire, exige um pensar verdadeiro, um pensar crítico.

IV - Como seres inacabados, os homens se fazem e refazem na interação com o mundo, objeto de sua práxis transformadora. A prática pedagógica passa a ser uma ação política de troca de concretudes e de transformação.

V - Este não dicotomiza homens e mundo, mas os vê em contínua interação.

Estão corretas:

(A) Apenas I e II.

(B) Apenas I e III.

(C) I, II, III e IV, V.

(D) Apenas I, II, IV e V.

(E) Apenas II, III e IV.

12. A lição maior como educadores que temos de Freire é a preocupação com o social. A busca de alternativas e propostas deve ser uma constante em nosso dia-a-dia, no sentido de resgatar o “homem”, o “cidadão” e o “trabalhador” da alienação de seu “ser”, de seu exercício de cidadania e de sua dignidade.

“(…)...quanto mais o trabalhador se apropria do mundo exterior, da natureza sensorial, através do seu trabalho, tanto mais ele se priva de meios de vida segundo um duplo aspecto; primeiro que cada vez mais o mundo exterior sensorial cessa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que cada vez mais cessa de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador. (...) apenas como sujeito físico ele é trabalhador.” (FERNANDES, 1989)

Com base no enunciado da questão, no texto e nos seus conhecimentos pedagógicos, as categorias diálogo, oprimido, problematização, conscientização, libertação definem o homem político em Paulo Freire com uma proposta onde:

I - Vai além das críticas das formas educativas atuais, porque se define em uma pedagogia da consciência: consciência crítica enquanto conhecimento e práxis de classe. Na escola formal, a pedagogia de Paulo Freire requer um

professor problematizador da realidade, pois se trata da pedagogia da pergunta que requer diretividade.

II - Através de uma relação dialógica e dialética entre professor e aluno, a proposta pedagógica de Freire centraliza-se na dimensão do conhecimento, no sentimento de aceitação do outro, da interação, da intersubjetividade. A revolução necessária para a transformação social que não considera o amor, apenas substituirá o opressor – o oprimido passa a ser o opressor – que continuará a mesma lógica da dominação.

III - A revolução deve ser entendida como um processo, uma mudança democrática e não apenas como uma ruptura. A revolução é um processo político pedagógico de transformação, que requer reconstrução do poder em novas formas de relação. *“A revolução que deve ocorrer é uma grande ação cultural para a liberdade, realizada pelo povo (FREIRE, 1977).”*

IV - A pedagogia do oprimido tem por base o diálogo, necessidade ontológica do ser humano.

V - Ser utópico, também, é uma exigência ontológica do ser humano, uma exigência histórica.

Estão corretas:

(A) I, II, III, IV e V.

(B) Apenas I e III.

(C) Apenas I e II.

(D) Apenas I, II, IV e V.

(E) Apenas II, III e IV.

13. Em seu livro *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, Paulo Freire discute uma proposta pedagógica em que será necessário que Mulheres e homens, seres histórico-sociais, possam tornar-se capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, se farão seres éticos. Porque só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos

conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar.

Com base no texto e nos seus conhecimentos pedagógicos, é falso afirmar que divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma **(A)** altamente positiva de pensar correto. De testemunhar aos alunos, às vezes com ares de quem possui a verdade, um rotundo acerto. Pensar certo demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos com que a ciência nos presenteia.

(B) altamente negativa e perigosa de pensar errado. De testemunhar aos alunos, às vezes com ares de quem possui a verdade, um rotundo desacerto. Pensar certo, pelo contrário, demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Mas como não há pensar certo à margem de princípios éticos, se mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda - exige o pensar certo - que assuma a mudança operada. Do ponto de vista do pensar certo não é possível mudar e fazer de conta que não mudou. É que todo pensar certo é radicalmente coerente.

(C) altamente positiva de pensar correto. De testemunhar aos alunos, às vezes com ares de quem possui a verdade, um rotundo acerto. Mas como não há pensar certo à margem de princípios éticos, se mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda - exige o pensar certo - que assuma a mudança operada. Do ponto de vista do pensar certo não é possível mudar e fazer de conta que não mudou. É que todo pensar certo é radicalmente coerente.

(D) altamente negativa e perigosa de pensar errado. De testemunhar aos alunos, às vezes com ares de quem possui a verdade, um rotundo desacerto. Pensar certo, pelo contrário, demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Mas como há pensar certo à margem de princípios éticos, se mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda - exige o pensar certo - que assuma a mudança operada. Do ponto de vista do pensar certo não é possível mudar e fazer de conta que não mudou. É que todo pensar certo é radicalmente coerente.

(E) altamente negativa e perigosa de pensar errado. De testemunhar aos alunos, às vezes com ares de quem possui a verdade, um rotundo acerto. Pensar certo, demanda superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos da ciência, que já trás a verdade. Mas como não há pensar certo à margem de princípios éticos, se mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda - exige o pensar certo - que assuma a mudança operada. Do ponto de vista do pensar certo não é possível mudar e fazer de conta que não mudou. É que todo pensar certo é radicalmente coerente.

14. *“As dificuldades para conciliar trabalho e estudo fazem com que grande parte da população jovem esteja fora da Escola. O relatório do Banco Mundial (apud ZIBAS, 1991) destaca uma estagnação, no final dos anos 80, quanto à expansão de matrículas no 2º Grau (...); isto leva à projeção de que somente em 2015 o País poderá alcançar a taxa de 50% dos adolescentes de quinze a dezenove anos matriculados no ensino secundário. O mesmo relatório informa que, em 1986, esse índice já era de 70% no Chile e de 95% na Coréia. O denominador comum dos cursos noturnos é, sem dúvida, o trabalho. A pesquisa de CARVALHO (1984) deixa claro que, para os jovens do noturno, o que caracteriza a vida é o trabalho; é ele que fixa os limites do estudo, do lazer e do descanso. E se o trabalho, por um lado, acarreta desgaste ao aluno, por outro lhe proporciona ganhos potenciais, pois, por já estar inserido no mundo do trabalho, mais amadurecido, pode avançar no seu percurso escolar, desde que lhe sejam dadas condições.”* (LAURINDA RAMALHO DE ALMEIDA – disponível em www.crmariocovas.sp.gov.br).

Aos alunos do ensino noturno, de acordo com o texto acima e a LDB 9394/96 (art. 4º), é garantido(a)

(A) progressiva extensão da obrigatoriedade às empresas de garantia de carga horária para os alunos estudarem.

(B) atendimento educacional especializado com programas curriculares específicos e garantia de saída antecipada do educando no horário de provas e exames.

(C) atendimento por meio de programas suplementares de material didático-escolar,

transporte, alimentação e assistência à saúde e facultada a frequência mínima de 75% de horas letivas para sua aprovação.

(D) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um e liberação pelas empresas para os estágios curriculares exigidos pela escola.

(E) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

15. *“... o processo educativo preconizado por Rousseau é negativo, limitando-se àquilo que não deve ser feito. A educação positiva deve iniciar-se quando a criança adquire consciência de suas relações com os semelhantes. Passa-se, assim, do terreno da pedagogia, propriamente dito, aos domínios da teoria da sociedade e da organização política”.* (CHAUI, 1987)

Com base no texto, podemos afirmar:

(A) Nesse processo, percebemos a passagem do terreno propriamente dito da pedagogia, para o terreno da política. Eis aí o outro substrato necessário à construção de seu conceito de cidadania, dado por um sentido de formação individual com fins sociais.

(B) Nesse processo, percebemos a passagem do terreno dos conhecimentos técnicos, para o terreno dos conhecimentos éticos. Eis aí o outro substrato necessário à construção de seu conceito de trabalho, dado por um sentido de formação social com fins mercadológicos.

(C) Nesse processo, percebemos a passagem do ensino, para o terreno da política econômica. Eis aí o outro substrato necessário à construção de seu conceito de cultura, dado por um sentido de formação individual com fins sociais.

(D) Nesse processo, percebemos a passagem do terreno propriamente dito da pedagogia, para o terreno das verdades científicas. Eis aí o outro substrato necessário à construção de seu conceito de “falso e verdadeiro”, dado por um sentido de formação individual.

(E) Nesse processo, percebemos a passagem das políticas educacionais, propriamente ditas da educação, para o terreno da operacionalidade. Eis aí o outro substrato necessário à construção de seu conceito de cultura, dado por um sentido de formação com fins individuais.

16. No art. 23 da LDB 9394/96, no tocante à organização dos estudos, a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar e ainda a escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Neste artigo, podemos afirmar que estão presentes:

- (A) O princípio da subordinação
- (B) O princípio da conformação
- (C) O princípio da flexibilidade
- (D) O princípio da participação
- (E) O princípio da verticalidade

17. Tradicionalmente, os livros de Didática trataram da questão dos objetivos de modo absolutamente técnico e asséptico, desvinculado de qualquer problemática política. Hoje, autores como os Landsheere, bastante ligados a estudos técnicos em educação, levantam a articulação entre os dois planos. (...) A educação, enquanto processo vivo e dinâmico, cresce na qualidade do serviço que presta na medida em que vive, no dia-a-dia, a íntima e indissociável relação técnica/política. (MARIA EUGÊNIA DE LIMA e MONTES CASTANHO. *Os objetivos da educação*. In : ILMA PASSOS ALENCASTRO VEIGA (coord.). *Repensando a didática*. Papyrus, 1996)

Com relação às abordagens destacadas no texto sobre objetivos de ensino, podemos afirmar que a visão de homem formado neste plano:

(A) É ser de busca; inconcluso; ser de relações (conseqüente, transcendente e temporal); corpo consciente; sujeito concreto e totalidade (síntese de múltiplas determinações), processo (faz-se a si próprio ao fazer a sua história).

(B) Não pressupõe explicitamente uma visão de homem.

(C) É centrada na existência, na vida, na atividade. Descoberta das diferenças individuais.

(D) O homem é constituído por uma essência imutável, cabendo à educação conformar-se à essência humana.

(E) É de inclusão do indivíduo na máquina produtiva do sistema social global.

18. No enfoque teórico dado à questão dos conteúdos escolares nos cursos de Didática, salienta-se a importância da tarefa, que deve ser realizada pelo professor. *Teoricamente*, o professor determina, seleciona e organiza os conteúdos do seu ensino, segundo critérios e princípios específicos para esse fim. (PURA LÚCIA OLIVER MARTINS. *Conteúdos escolares: a quem compete a seleção e organização?* In : ILMA PASSOS ALENCASTRO VEIGA (coord.). *Repensando a didática*. Papyrus, 1996)

Com base na afirmação do texto e nos conhecimentos pedagógicos, podemos afirmar que a preocupação política desta tendência pedagógica é

(A) adequar o indivíduo à sociedade.

(B) ajustar ou adaptar os indivíduos à sociedade.

(C) incluir o indivíduo na máquina produtiva do sistema social global.

(D) integrar o indivíduo à sociedade, visando a uma transformação social. Interesse pela classe oprimida. “Integrar: capacidade do homem de ajustar-se à realidade, acrescida à capacidade de transformá-la e de optar (criticidade)”.

(E) As questões A, B e C se complementam.

19. GAUDÊNCIO FRIGOTTO e MARIA CIAVATTA lembram com muita propriedade que a idéia de cidadania coletiva deve implicar mudanças de concepções sobre trabalho pois, historicamente, “*o conceito de educação do homem integrado às forças sociais difere da mera submissão às forças produtivas*” (2003).

Esta concepção se relaciona ao art. 1º da LDB 9394/96, quando prevê que a educação deverá

(A) vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

(B) obedecer à demanda que o mercado necessita para aumento de sua produção na sociedade.

(C) vincular-se ao mundo do trabalho para atendimento das demandas sociais de produção.

(D) propiciar formação geral e específica em todas as etapas do ensino.

(E) dispor-se à formação específica para produtividade do País.

20. *Qualquer atividade educacional que se queira intencional e eficaz tem claros os pressupostos teóricos que orientam a ação. Ao elaborar leis, fundar uma escola, preparar o planejamento escolar ou enfrentar dificuldades específicas em sala de aula, é preciso ter clareza a respeito da teoria que permeia as decisões. Pensemos, por exemplo, em uma escola de ensino médio que oferece, a cada semana, dez aulas de química, uma de história e nenhuma de filosofia; em uma sala de ensino fundamental em que as carteiras estão fixadas no chão; em um professor que prefere estimular os trabalhos em grupo e outro que privilegia a exposição oral; em alguém que lamenta o fato de não se ensinar mais latim no colégio; em outro que exige leitura extraclasse; em um que faz chamada oral com frequência e outro que não dá valor às avaliações. Isso nos remete à análise dos pressupostos das tendências pedagógicas que caracterizam as diversas ações ao longo do tempo, no Brasil. (M. L. A. ARANHA. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 2002, p. 151).*

Considerando o texto acima e as tendências pedagógicas presentes na história da educação brasileira, podemos afirmar:

I - A escola tradicional abrange as correntes filosóficas Essencialista, Materialismo Dialético

e Perenalista, privilegiando o professor, por considerar o adulto acabado, completo em oposição à criança, imatura e incompleta.

II - A Pedagogia Nova abrange as correntes filosóficas pragmáticas, existencialistas, vitalistas e fenomenalista, privilegiando o aluno, por considerar o homem incompleto e inacabado desde o nascimento até a morte.

III - A tendência transformadora fundamenta-se na concepção dialética de educação que redefine os papéis da escola, do educador, do educando e da sociedade.

IV - A Pedagogia Libertadora, proposta por Paulo Freire, fundamenta-se no Humanismo, Existencialismo, Personalismo e no Materialismo Dialético. O educador e o educando, considerados “sujeitos” do processo educativo, apresentam o mesmo grau de importância no contexto educacional, apesar de serem “diferentes”.

Estão corretas:

(A) I, II, III e IV.

(B) Apenas I e III.

(C) Apenas I, II.

(D) Apenas I, II e IV.

(E) Apenas II, III e IV.

21. *“Negros são mais desempregados do que brancos, em várias regiões metropolitanas do país; Negros têm consistentemente 2,2 anos a menos de escolaridade média do que os brancos, desde 1929; Há mais crianças negras do que brancas trabalhando; A indigência é 70% negra embora os negros sejam 45% da população; As mulheres negras têm ainda maior desemprego e menor renda que os homens negros; A mortalidade infantil tem caído mais para brancos que para negros; O analfabetismo é maior entre negros que brancos, quadro que se mantém, apesar da diminuição do analfabetismo em ambos os grupos; O esgoto e a água tratada vão menos a lares negros do que brancos.”* (disponível na página www.ipea.gov.br, 2002)

A discriminação racial está espalhada pelo Brasil. Escola e mídia apresentam um modelo branco de valorização. O acesso aos espaços políticos, aos bens sociais, à produção do pensamento, a riqueza, tem sido determinado pela lógica escravocrata. O espaço negro é reduzido. O negro é discriminado e não é

reconhecido em suas atividades. Com base nesta análise e no texto, os avanços e as conquistas que o sistema educacional adquiriu com os movimentos sociais que levantam a bandeira contra o racismo foram:

I - A implementação da Lei 10.639, aprovada em janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e inclui no currículo oficial de escolas públicas e privadas de Ensino Básico a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) representam um marco na luta por reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana e na afirmação de direitos da comunidade negra do Brasil.

II - A implementação da Lei 10.639, aprovada em janeiro de 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e inclui no currículo oficial de escolas públicas e privadas de Ensino Básico a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a aprovação da Lei.

III - Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) representam um marco na luta por reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana e na afirmação de direitos da comunidade negra do Brasil.

IV - A obrigatoriedade de inclusão em todos os conteúdos dos cursos profissionalizantes do País do ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Estão corretas:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas I.
- (D) Apenas I, II e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

22. De acordo com o art. 14 da LDB 9394/96, os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

III- Participação dos diretores das unidades de ensino na elaboração do projeto pedagógico da escola.

IV- Participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) II e III.

23. A educação escolar, segundo a LDB 9394/96, compõe-se de:

(A) Educação básica (formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e Educação superior.

(B) Educação infantil e Educação básica (ensino fundamental e ensino médio) e Educação superior.

(C) Educação infantil e Educação básica (ensino fundamental e ensino médio) e Educação superior.

(D) Educação para o ensino fundamental e ensino médio e Educação superior.

(E) Educação básica (educação infantil que compreende também o ensino fundamental e ensino médio) e Educação superior.

24. Na educação infantil de acordo com a Legislação Educacional em vigor, a avaliação far-se-á mediante

(A) acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, objetivando promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

(B) registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, para acesso ao ensino fundamental, mas obrigatório para o acesso aos níveis específicos da educação infantil.

(C) acompanhamento e registro com provas e exames em regime de observação do professor no seu desenvolvimento, com o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

(D) acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

(E) registro rigoroso do seu desenvolvimento cognitivo, com o objetivo de promoção em todos

as etapas específicas da educação infantil e para o acesso ao ensino fundamental.

25. “Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações” (PADILHA, 2001).

No tocante à definição de **planejamento de ensino**, de acordo com o texto e com os conhecimentos pedagógicos, podemos afirmar:

(A) É o "processo contínuo que se preocupa com o 'para onde ir' e 'quais as maneiras adequadas para chegar lá', tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto às necessidades da sociedade, quanto às do indivíduo" (PARRA apud SANT'ANNA, 1995).

(B) É o "processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno". Portanto, essa modalidade de planejar constitui um instrumento que orienta a ação educativa na escola, pois a preocupação é com a proposta geral das experiências de aprendizagem que a escola deve oferecer ao estudante, através dos diversos componentes curriculares” (VASCONCELLOS, 1995).

(C) É “o processo de decisão sobre atuação concreta dos professores, no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações, em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos (PADILHA, 2001). Na opinião de Sant'Anna et al (1995), esse nível de planejamento trata do "processo de tomada de decisões bem informadas que visem à racionalização das atividades do professor e do aluno.

(D) É “o planejamento que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. “É um processo de racionalização,

organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social” (LIBÂNEO, 1992).

(E) É "onde se reflete toda a política educacional de um povo, inserido no contexto histórico, que é desenvolvido a longo, médio ou curto prazo" (MENEGOLLA; SANT'ANNA, 1993).

26. Segundo PARRA (2002) apud HAIDT, planejar no âmbito educacional consiste em prever e decidir o que pretendemos realizar, o que vamos fazer, como vamos fazer e o que devemos analisar a situação, a fim de verificar se o que pretendemos foi atingido. Portanto, o planejamento pedagógico é de extrema necessidade na ação cotidiana do profissional da educação. Assim, podemos afirmar que:

(A) O planejamento é um recurso fundamental para a previsão dos conteúdos a serem ministrados visando apenas ao cumprimento da carga horária prevista na legislação educacional brasileira.

(B) O planejamento anual, bimestral e diário do professor é um recurso fundamental que precisa vir pronto antes de iniciar o ano letivo, e deve ser planejado exclusivamente pelos técnicos da escola, visando a assegurar o alcance dos objetivos educacionais propostos para garantir a melhoria da qualidade do ensino.

(C) O planejamento é um recurso fundamental para o desenvolvimento eficiente do processo ensino-aprendizagem, uma previsão de todas as atividades a serem desenvolvidas e deve ser elaborado por professores e técnicos da escola visando ao cumprimento da carga horária prevista na legislação.

(D) O planejamento é um recurso fundamental para o desenvolvimento eficiente do processo ensino-aprendizagem, uma previsão de todas as atividades a serem desenvolvidas, tendo-se em vista o alcance dos objetivos propostos e deve ser elaborado de forma participativa por todos os segmentos que fazem parte da escola.

(E) As questões B e C estão corretas.

27. As funções políticas e sociais da escola são atravessadas pelos interesses das classes sociais. Nessa perspectiva, é interessante situar a contribuição das tendências pedagógicas, que resultaram em diferentes concepções do papel da escola e, conseqüentemente, de sua função política e social na construção da cidadania. Segundo LIBANEO (1986), a concepção da escola, na tendência progressista crítico social dos conteúdos, pressupõe

(A) uma escola modeladora de comportamento, com ênfase em aspectos voltados para uma transformação da personalidade nos alunos num sentido libertário e autogestionário.

(B) uma escola modeladora de comportamento, com ênfase em aspectos voltados para a organização do processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global.

(C) uma escola modeladora de comportamento, com ênfase em aspectos voltados na preparação intelectual e moral dos alunos para assumir uma posição na sociedade.

(D) uma escola que se articularia com a preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdo e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

(E) As questões A e D se completam, sendo, portanto, as únicas corretas.

28. Segundo REGINA GRACINDO e GENUÍNO BORDIGNON (2001), analisar a gestão da educação, seja ela desenvolvida nas escolas ou nos sistemas estadual e municipal de ensino, implica em refletir sobre as políticas de educação do país, isto porque há uma ligação muito forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas. Neste sentido, a gestão democrática da educação requer mais que simples mudanças nas estruturas organizacionais. Diante disso, é correto afirmar que gestão democrática é

(A) o processo de discussão e preocupação do gestor com problemas administrativos, envolvendo apenas estratégias e ações, visando

viabilizar a execução orçamentária dos recursos oriundos dos programas do governo federal.

(B) o processo de coordenação pedagógica, visando alcançar os objetivos definidos a partir do plano de curso, no início do ano letivo.

(C) o processo de coordenação pedagógica, visando alcançar os objetivos traçados a partir do plano de unidade didática, definidos pelos técnicos da escola.

(D) As questões B e C se complementam, sendo, portanto, as duas corretas.

(E) o processo de coordenação das estratégias de ação para alcançar os objetivos definidos e requer liderança centrada na competência, legitimidade e credibilidade.

29. A partir da década de 90, criam-se várias associações no Brasil para discutir diversas temáticas no campo educacional e um dos destaques é a formação do educador, visando uma formação teórica de qualidade, um dos pilares fundamentais da base comum nacional que implica em recuperar as reformulações curriculares, a importância do espaço para análise da educação enquanto disciplina, seus campos de estudo, métodos de estudo e status epistemológico. Neste pressuposto, os princípios que ela defende em relação à formação do educador, são:

I - A sólida formação teórica e interdisciplinar, sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais; a unidade entre teoria que implica em assumir uma postura em relação à produção do conhecimento que impregna a organização curricular dos cursos.

II - A gestão democrática como instrumento de luta contra a gestão autoritária na escola; o compromisso social da educação com ênfase na concepção sócio-histórica do educador; o trabalho coletivo e interdisciplinar entre alunos e professores como eixo norteador do trabalho docente.

III - Incorporar a concepção de formação continuada em contraposição a idéia de currículo extensivo sem comprometer a formação teórica de qualidade.

IV - A avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação deve ser parte integrante das atividades curriculares.

Após a leitura dos itens, identifique de qual associação estamos tratando:

- (A) ANFOPE
- (B) ANPED
- (C) ANPAE
- (D) CRUB
- (E) ANDIFES

30. As políticas públicas educacionais vêm, há bastante tempo, destacando como objetivo maior melhorar a “qualidade” da educação. Segundo REGINA BORDIGNON e GENUÍNO GRACINDO (2001), a questão da qualidade na educação remete à finalidade do saber, onde o saber é um meio, e o instrumento do ser cidadão. Dessa dimensão política decorrem enfoques de cidadania que, de acordo com a situação da escola, é muito mais que meramente preparar pessoas para o “exercício da cidadania”_ é construir cidadania. Neste sentido é correto afirmar que:

- (A) Cidadania é uma situação que se dá na relação com o outro, no grupo social instituído. Não há cidadania no isolamento, sem o referencial do outro. Vive-se hoje imerso no social. O que penso, o que sei, aquilo em que acredito são construções pessoais nutridas na relação com o outro. A construção de relações sociais, entre os membros de um grupo nacional, implica uma ordem de direitos que garantam a liberdade e construam a solidariedade. O surgimento da “cidade”, do grupo social instituído, vincula todos a um destino comum.
- (B) Cidadania requer a igualdade na diferença, conceitos aparentemente antagônicos, mas fundamentalmente vinculados. Ao mesmo tempo que se é igual na dignidade humana, nos direitos e deveres, se é diferente, como um ser único, com vocação e potencialidade própria. Diferenças que não fazem de cada um ser mais ou menos que os outros, mas apenas diferentes, singulares.
- (C) Cidadania é um status que requer condições para o seu pleno exercício, condições essas determinadas pelo tempo histórico do homem, pelo paradigma de sociedade na qual que se vive. Vive-se hoje na sociedade do conhecimento, sendo esse o instrumento, a condição essencial para o exercício da cidadania, para a inclusão social e para a participação nas deliberações coletivas que constituem o governo da sociedade.

(D) Cidadania é a condição essencial para a efetivação da verdadeira democracia. Democracia e cidadania são conceitos inerentes, indissociáveis. Sem um, não se viabiliza o outro. O que vale dizer que sem democracia não há espaço para os cidadãos, mas apenas para governados.

(E) Questões A,B,C e D se complementam, sendo, portanto, todas corretas.

31. A partir da década de 90, alguns pesquisadores criam grupos de trabalho tentando elaborar novas respostas que contribuíssem ao processo de democratização dos saberes e habilidades fundamentais, no contexto de novas perspectivas sociais que se delineavam historicamente na sociedade brasileira (Gatti 2002), dentre eles discute-se a prática pedagógica do professor numa perspectiva mais humanista e democrática ou seja numa perspectiva construtivista. Quanto à prática do professor construtivista, em sala de aula, podemos destacar que ele

- (A) encoraja e aceita a autonomia e iniciativa dos estudantes, usa dados básicos e fontes primárias juntamente com materiais manipulativos, interativos e físicos. Usa a terminologia “classificar”, “analisar”, “predizer” e “criar” quando estrutura as tarefas. Permite que os estudantes conduzam as aulas, alterem estratégias instrucionais e conteúdo.
- (B) questiona sobre a compreensão do estudante antes de dividir seus próprios conceitos sobre o tema. Encoraja os estudantes a dialogar com o professor e entre si; encoraja os estudantes a resolverem problemas abertos e perguntarem uns aos outros; estimula que os estudantes assumam responsabilidades. Envolve os estudantes em experiências que podem envolver contradições às hipóteses inicialmente estabelecidas e estimula a discussão.
- (C) proporciona um tempo de espera depois de estabelecer as questões. Proporciona tempo para que os estudantes construam relações e metáforas. Mantém a curiosidade do aluno através do uso freqüente do modelo de ciclo de aprendizagem.

(D) A, B e C estão corretas.

(E) comporta-se, geralmente, de uma maneira didaticamente adequada, disseminando informações aos estudantes. Busca as respostas corretas para validar a aprendizagem. Os estudantes trabalham fundamentalmente sozinhos.

32. “O aluno que fracassa é aquele que não adquiriu no prazo previsto os novos conhecimentos e as novas competências que a instituição, conforme o programa, previa que adquirisse” (ISAMBERT-JAMATI, 1971).

Conforme a citação acima mencionada, há bastante tempo estudiosos em educação discutem o fracasso escolar associado à avaliação da aprendizagem, visto esta tornar-se um dos entraves para o processo de democratização no ensino público. PERRENOUD (1999) discute a temática onde elenca vários fatores que corroboram com o fracasso escolar e sugere um tipo de avaliação que esteja a serviço do aluno, do seu crescimento intelectual, onde os erros e dificuldades são considerados “normais” durante o desenvolvimento do aprendizado, levando o professor a observar mais metodicamente os alunos, a procurar compreender melhor seu pensamento, de modo a ajustar de maneira mais sistemática as intervenções pedagógicas e as situações didáticas que propõe, na expectativa de otimizar aprendizagens.

Estamos falando da avaliação:

- (A) Diagnóstica
- (B) Classificatória
- (C) Formativa
- (D) Conceitual
- (E) Somativa

33. ANTONIO NÓVOA, em seu livro Formação de Professores e Trabalho Pedagógico (2002), levanta cinco teses para o debate sobre as práticas de formação continuada de professores, e justifica: “É preciso trabalhar no sentido da diversificação dos modelos e das práticas de formação continua, instituindo novas relações dos professores ao saber pedagógico científico. A formação passa por processo de investigação, diretamente articulados com as práticas educativas. A este propósito é útil conjugar uma

formação de tipo clínico, isto é, baseada na articulação entre a prática e a reflexão sobre a prática; em síntese: temos que passar de uma investigação sobre os professores para uma investigação como os professores e para uma investigação pelos professores”

O autor, ao justificar seu posicionamento, está referindo-se à tese de que a formação continuada deve

(A) alimentar-se de perspectivas inovadoras, que não utilizem preferencialmente “formações formais” mas que procurem investir do ponto de vista educativo as situações escolares.

(B) alicerçar-se numa “reflexão na prática e sobre a prática”, através de dinâmicas de investigação-ação e de investigação-formação, valorizando os saberes de que os professores são portadores.

(C) capitalizar as experiências inovadoras e as redes de trabalho que já existem no sistema escolar, investindo-as do ponto de vista da sua transformação qualitativa, em vez de instaurar novos dispositivos de controle e de enquadramento.

(D) valorizar as atividades de (auto) formação participada de formação mútua, estimulando a emergência de uma nova cultura profissional no seio do professorado.

(E) As questões A e D se complementam, sendo, portanto, ambas corretas.

34. É inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação. As diferenças culturais sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim a diversidade humana está sendo cada vez mais velada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. Neste sentido, a inclusão escolar está assegurada na Constituição Federal (1988) . Sobre a temática, MARIA TEREZA MANTOAN (2003) afirma que *para mudar as condições excludentes do nosso ensino escolar, é preciso mudar a escola e, mais precisamente, o ensino nela ministrado e sugere algumas tarefas:*

(A) Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.

(B) Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.

(C) Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência.

(D) Formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.

(E) As questões A, B, C e D se complementam, sendo, portanto, todas corretas.

35. Estudiosos da temática vêm discutindo a atuação do currículo escolar não mais de uma forma fragmentada e sim voltada para uma pedagogia de projetos, garantindo dessa forma a interdisciplinaridade no cotidiano da escola. Segundo ULISSES ARAÚJO (2003), a atual legislação brasileira, para todos os níveis de ensino, já consolidou em seu interior a possibilidade de projetos de formação interdisciplinar, seja para futuros profissionais, seja para alunos e alunas desde a educação infantil. A importância do lazer, do direito à diversidade de pensamento e de crença, do respeito nas relações interpessoais, e do direito à moradia, à saúde e à educação são exemplos de

temáticas que envolvem a construção da cidadania e que podem ser o eixo vertebrador do currículo escolar. Ele fecha a sugestão resumindo:

I - O ponto de partida de todos os exemplos são temáticas relacionadas à educação em valores, que tentam responder aos problemas sociais, que buscam conectar os conteúdos científicos e culturais com a vida das pessoas.

II - Embora nessa concepção de transversalidade o ensino dos conteúdos científicos e culturais não seja desprezado, afinal sem esses conteúdos também não haverá cidadania, não é a finalidade dos projetos propostos. As temáticas transversais, nos exemplos citados, aparecem como a própria finalidade das ações educativas.

III - Não se trata de contextualizar os conhecimentos científicos e culturais no cotidiano das pessoas, de forma a torná-los mais interessantes e mais fáceis de serem compreendidos (essa proposta seria inerente à primeira concepção de ensino transversal). Nos exemplos citados, fica evidente o papel “instrumental” dos conteúdos científicos e culturais, cuja função é permitir aos alunos compreender o mundo em que vivem.

IV - Os conteúdos relacionados às disciplinas curriculares tradicionais é que giram ao redor, perpassando as temáticas transversais, que são o fio condutor do planejamento curricular.

V - Em cada exemplo há sempre um objetivo específico de busca de soluções para a temática analisada, de maneira que as ações pedagógicas não objetivam apenas ao conhecimento e à interpretação da realidade, mas também à inserção dos educandos na transformação da própria realidade.

É totalmente verdadeiro afirmar que:

(A) Apenas as questões I e II estão corretas.

(B) Todas as questões estão corretas.

(C) Apenas a questão I está correta.

(D) Todas as questões estão incorretas.

(E) Apenas a questão III está correta.

36. O governo Lula, ao assumir o comando da nação brasileira, implanta o Programa de Educação intitulado “Uma Escola do Tamanho do Brasil” (PT, 2002, p.7). Para garantir a educação como direito, o projeto deve obedecer a três diretrizes gerais: a democratização do acesso e a garantia de permanência; qualidade social da educação; instauração do regime de colaboração e da democratização da gestão. Segundo LIBÂNEO

(2003 p. 218), a política educacional indígena deve pautar-se por princípio que inclua a afirmação indígena, com a defesa de sua autonomia e de seus projetos societários. A educação escolar bilíngüe, adequada às peculiaridades culturais dos diferentes grupos, deve ser fornecida por professores índios. A formação desses professores deve ocorrer em serviço, concomitante à sua própria escolarização, com elaboração de currículos e de programas específicos. Para concretizar esta política educacional, o programa propõe-se a:

I - Ampliar gradativamente a oferta de educação, equivalente à básica, à população indígena, respeitando seus modos de vida, suas visões de mundo e as situações sociolingüísticas específicas por eles vivenciadas.

II - Assegurar autonomia às escolas indígenas, tanto em relação ao projeto político-pedagógico quanto ao uso dos recursos financeiros públicos.

III - Criar ou ampliar programas voltados para a produção e para a publicação de materiais pedagógicos específicos.

IV - Equipar as escolas indígenas com equipamentos didáticos-pedagógicos.

V - Construir coletivamente a política para a educação escolar indígena.

É totalmente verdadeiro afirmar que:

- (A) Apenas a questão I está correta.
- (B) Apenas as questões II, III e IV estão corretas.
- (C) Todas as questões estão corretas.
- (D) Apenas a questão V esta correta.
- (E) Todas as questões estão incorretas.

37. A legislação educacional brasileira, embora traduza normativamente determinada concepção, não expressa o significado de sistema de ensino. Na Lei 9394/96, o termo sistema refere-se à administração, em diversas esferas: sistema de ensino: federal, estadual ou municipal. O art. 8ª da L.D.B. em vigor estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem organizar, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Neste sentido, segundo LIBÂNEO (2003), o Sistema Federal de Ensino é composto de instituições mantidas pela União São elas:

I - Universidade Federais e instituições isoladas de ensino superior

II - Centros Federais de Educação Tecnológica

III - Estabelecimentos de ensino fundamental e médio vinculados às universidades

IV - Escolas técnicas federais e agrotécnicas

V - Colégio Pedro II e instituições de educação especial

É verdadeiro afirmar que:

- (A) Apenas a questão II esta correta.
- (B) Todas as questões estão corretas.
- (C) Apenas as questões I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas a questão I está correta.
- (E) Todas as questões estão incorretas.

38. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi criado em novembro de 1968 e está vinculado ao Ministério da Educação (MEC). A finalidade da autarquia é captar recursos financeiros para projetos educacionais e de assistência ao estudante. A maior parte dos recursos do F.N.D.E. provém do Salário - Educação, com o qual todas as empresas estão sujeitas a contribuir, pois o fundo mantém alguns programas educacionais (LIBÂNEO, 2003). Os Programas são:

(A) Programa Nacional Biblioteca Escolar e Programa Nacional de Alimentação Escolar.

(B) Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

(C) Programa Nacional de Transporte Escolar..

(D) Programa Nacional do Livro Didático e Programa Nacional Saúde do Escolar.

(E) As questões A, B, C e D se complementam, sendo, portanto, todas corretas.

39. A temática da avaliação está presente no cotidiano dos educadores há bastante tempo. Na década de 90, o Ministério da Educação instituiu o Sistema Nacional de Avaliação, e com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/ 96) esta discussão fica mais evidente, especialmente porque o governo implanta políticas de avaliação institucional em todos os níveis de ensino: o SAEB, no Ensino Fundamental, o ENEM, no Ensino Médio, e o ENADE no Ensino Superior, este último regulamentado pela Portaria Ministerial n 107, de 22 de julho de 2004. Diante dessas políticas de avaliação, é correto afirmar que :

(A) As avaliações realizadas pelo estado avaliador servem apenas para demonstrar dados estatísticos de comprovação de resultados, visando elaborar os relatórios aos organismos internacionais que financiam a educação brasileira.

(B) As avaliações realizadas pelo estado avaliador servem para demonstrar dados qualitativos de comprovação de resultados, visando elaborar os relatórios aos organismos internacionais que financiam a educação brasileira.

(C) As avaliações realizadas pelo estado avaliador servem apenas para demonstrar dados estatísticos qualitativos sobre o desempenho dos alunos das creches , visando elaborar relatórios aos organismos internacionais que financiam a educação brasileira.

(D) As avaliações realizadas pelo estado avaliador servem apenas para demonstrar dados quantitativos e qualitativos sobre o desempenho dos alunos das faculdades privadas, visando elaborar relatórios aos organismos internacionais que financiam a educação brasileira.

(E) As alternativas B e C se complementam, sendo, portanto, ambas corretas.

40. A educação sexual na escola brasileira, principalmente nos níveis da educação infantil e do ensino fundamental tem sido bastante polêmica. Segundo ANA MARIA CAMARGO e CLÁUDIA RIBEIRO (1999), o trabalho de educação sexual implica na discussão de questões sociais, éticas e morais. Sendo assim, as relações entre liberdade, autonomia e respeito à intimidade devem estar presentes em todo trabalho educativo, e, principalmente, naqueles que tratam da sexualidade. Segundo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o professor deve basear-se nas proposições gerais do tema Saúde e propõe conteúdos a serem trabalhados:

(A) O conhecimento de doenças sexualmente transmissíveis e a compreensão das formas de prevenção e vias de transmissão da AIDS.

(B) A comparação entre as formas de contato que propiciam contágio e as que não envolvem riscos.

(C) Recolher, analisar e processar informações sobre a AIDS, por meio de folhetos ilustrativos, textos e artigos de jornais e revistas, o conhecimento e a adoção dos procedimentos necessários em situações de acidente ou ferimentos que possibilitem o contato sanguíneo.

(D) O repúdio às discriminações em relação aos portadores de HIV e a doentes de AIDS, o respeito e a solidariedade na relação com pessoas portadoras do vírus HIV ou doentes de AIDS..

(E) Todas as alternativas estão corretas .